

A VIGILÂNCIA DO DOPS-SP: vigia-se tudo e todos ¹

Nilo Dias de Oliveira
Doutorando em História Social – PUC/SP

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a prática de vigilância do Serviço Secreto do DOPS-SP durante a década de 1950. A vigilância do Serviço Secreto recai sobre os mais variados personagens da esfera civil e militar. Qualquer tentativa de engajamento político partidário, movimentos reivindicatórios de massa que tivesse alguma posição considerada contrária ao estabelecido pelas autoridades governamentais colocava seus participantes ou agremiações sob suspeita total. Desta maneira o monopólio de dominação sentindo-se ameaçado desencadeia uma perseguição sem precedentes.

PALAVRAS-CHAVE: DOPS-SP, vigilância e repressão, Serviço Secreto.

ABSTRACT: The present article has as objective to analyze the practical one of monitoring of the Private Service of the DOPS-SP during the decade of 1950. The monitoring of the Private Service falls again on the most varied personages of the civil and military sphere. Any attempt of enrollment partisan politician, vindictive movements of mass that had some position considered contrary to the established one for the governmental authorities placed its participants or clubs under total suspicion. In this way the monopoly of domination if feeling threatened unchains a persecution without precedents.

KEY-WORDS: DOPS-SP, monitoring and repression, Private Service.

As características do Serviço de Vigilância

A experiência ditatorial do Estado Novo (1937-1945) de cerceamento a qualquer atividade que não fosse endossada pelas autoridades do Estado continua a habilitar as

¹ Este artigo é parte modificada de minha dissertação de mestrado intitulada *A vigilância do DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil década de 50) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*, orientada pela Prof^a Dr^a Vera Lucia Vieira, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2008, com apoio da CAPES. Email: nilodiasoliveira@gmail.com.

práticas policiais mesmo depois da implantação do “governo democrático” instaurado em 1945 com o golpe militar que derrubou o Presidente Getulio Vargas. Apesar do aparente paradoxo presente no fato das mesmas forças militares que apoiaram a ditadura ter liderado a sua queda, em nosso entendimento, esta contradição explícita mais uma vez, a identidade de interesses entre as Forças Armadas e os segmentos burgueses no comando da dinâmica do desenvolvimento nacional.

As divisões tanto na sociedade civil representada pelos diversos interesses das classes sociais, como nas facções das Forças Armadas nesse período, representam uma conjuntura de reordenação da correlação de forças sociais, em decorrência da necessidade das forças produtivas nacionais responderem satisfatoriamente às novas necessidades da expansão do capitalismo num cenário de “mundialização do capital”. Nesse aspecto afirma Décio Azevedo Marques de Saes no seu artigo “*A Questão da evolução da cidadania política no Brasil*”, elaborado no Instituto de Estudos Avançados da USP:

Desnecessário dizer que o desenvolvimento das forças produtivas numa formação social capitalista acirra os conflitos políticos no seio das classes dominantes (por exemplo, o conflito entre capital monopolista dependente e médio capital, ou entre capital bancário e propriedade fundiária); e que tais conflitos abrirão espaço para a luta popular pela instauração e ampliação da cidadania política. Inversamente, a trajetória das lutas populares pela conquista de direitos políticos e o percurso dos conflitos políticos no seio das classes dominantes exercerá uma influência decisiva sobre o curso do desenvolvimento capitalista (política intervencionista e keynesiana ou política neoliberal? Ação estatal de ampliação prioritária do mercado interno ou de incentivo prioritário às exportações?) na formação social em questão. Também neste caso atua como elemento mediador entre os dois processos a configuração da hegemonia política no seio do bloco no poder, já que, por um lado, ela é o efeito do entrecruzamento de lutas populares e de conflitos intraburgueses e, por outro, contribui para acelerar, retardar ou desviar o curso do desenvolvimento capitalista numa formação social (SAES, 2001: 379).

Na década de 50, tal dialética é representada por vários fatores, dentre os quais se destacam, por um lado, o crescimento do proletariado e o esvaziamento de sua mobilização, para o que contribui tanto a expansão da industrialização, quanto a manutenção do cerceamento à suas organizações e manifestações. Acresce-se a isto a melhoria, ainda que momentânea, de seu poder aquisitivo, o que, juntamente com o crescimento das classes médias, amplia o poder de consumo desta parcela da população. Distendem-se as rédeas da autocracia burguesa e se ampliam os direitos políticos, ainda que nos limites que não ameacem a ordem instituída. É nesta conjuntura que o discurso desenvolvimentista ganha espaço e endosso. Ainda conforme Saes,

tal evolução relaciona-se com o padrão de desenvolvimento do capitalismo, no sentido amplo da expressão (abrangendo tanto o processo de transição para o capitalismo quanto o processo de reprodução ampliada do capitalismo), que se concretiza numa formação social determinada. Mais precisamente, a evolução da cidadania política é parte do processo de desenvolvimento do capitalismo numa formação social, e isso num duplo sentido: ela é influenciada pela dimensão especificamente econômica desse processo, mas, por sua vez, também exerce influência sobre a mesma (SAES, 2001: 388).

O crescimento do pólo industrial e conseqüentemente uma gama de novas modalidades de funções obedecendo às demandas que a industrialização trazia, como, gerentes, engenheiros, comerciários, profissionais liberais, bancários, etc. absorvem grande parte do imenso contingente rural que vem para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida e oportunidade de trabalho, já que as leis trabalhistas permanecem excluindo-os de qualquer benefício. Um crescimento urbano que se destaca, inclusive no universo latino-americano.

A grande novidade, quando se analisa o caso brasileiro, foi a velocidade do processo de urbanização, muito superior à dos países capitalistas mais avançados. Apenas na segunda metade do século XX, a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões, multiplicando-se 7,3 vezes, com uma taxa média anual de crescimento de 4,1%. Ou seja, a cada ano, em média, mais de 2,3 milhões de habitantes foram acrescentados à população urbana (BRITO, 2006: 223).

Observa-se ainda que este aumento expressivo das classes médias de inserção assalariada, apesar da rápida deterioração de seu salário no cenário inflacionário que se acentua com rapidez, não se traduz em força social capaz de articular-se com o operariado cuja deterioração é semelhante, embora mais acentuada. A pesquisa de Patrícia Vieira Trópia demonstra o conservadorismo da classe média em relação ao movimento operário, que naquela conjuntura era o principal articulador dos questionamentos da exploração e da violência nas relações capitalista de produção que continuam neste cenário contraditório de desenvolvimento e inflação, com a concomitante concentração de renda e retomada do crescimento da desigualdade social. Segundo ela,

Se comparado ao movimento operário, o sindicalismo de classe média é um fenômeno tardio e recente, tanto no Brasil quanto na Europa e Estados Unidos. De um modo geral, os assalariados médios mostraram-se bastante refratários à participação sindical até as primeiras décadas do século XX. (...) Os bancários de São Paulo resistiram, até a década de 30, a chamar a Associação dos Bancários de sindicato. Vale ressaltar que não se tratava simplesmente de um recurso

simbólico, mas fundamentalmente da aceitação destas organizações como uma espécie de clube recreativo ou assistencial e não uma organização de luta (...) Assim nos seus primórdios, o sindicalismo de classe média caracterizou-se pela segregação não só das organizações operárias, mas das formas de luta política tradicionalmente desenvolvidas por elas. Baixo índice de sindicalização, rejeição à organização em centrais sindicais e partidos operários e a recusa da greve como forma de luta são práticas que caracterizaram a gênese do sindicalismo de classe média, em contraste com a organização operária (TRÓPIA, 2000: 76).

A autora conclui,

Boito interpreta a reincidência desta rejeição, em função dos trabalhadores não-manuais conceberem o sindicalismo como um recurso dos incapazes, isto é, daqueles trabalhadores que tinham de compensar, com o uso da força, a ausência de dons e de méritos, e o trabalho simples e degradado que executavam. Até a segunda metade do século XX, a ideologia da meritocracia teria produzido um efeito de isolamento particular: Conservar isolados, fragmentados e atomizados os trabalhadores não-manuais, pois a adesão ao sindicalismo significaria reconhecer o rebaixamento salarial e social.² Segundo nossa análise, tal comportamento constituiria uma manifestação aberta da ideologia da meritocracia. Ela impediria que os trabalhadores não manuais se organizassem coletivamente (TRÓPIA, 2000: 77).

Conforme se observa, nesta passagem, a autora e o autor citado por ela enfatizam a mentalidade enquanto fator determinante para a manifestação do conservadorismo das classes médias, quando apontam a dicotomia provocada pela distinção que seus protagonistas faziam entre trabalho manual e trabalho intelectual, o que mereceria algumas considerações sobre a função social que cumprem as classes médias em formações como a que caracteriza a dinâmica do capitalismo no Brasil.

Será que tal postura conservadora não se coaduna com a condição das classes sociais dominantes, cuja capacidade mobilizadora e de articulação com segmentos mais progressivos não se efetiva por uma condição inerente à própria condição fragilizada e tardia em que ocorre sua formação? E ainda que, em uma sociedade de classes, conforme indica Marx, a função social das classes médias é fazer a mediação entre o capital e o trabalho, camuflando as radicalidades contraditórias dos dois polos que a sustentam?

² Dentro dessa perspectiva os limites da representação que o indivíduo faz de si mesmo, ou melhor, do grupo ao qual pertence os remete a uma alienação do ser em si, onde não há o reconhecimento de sua força de trabalho enquanto composição da acumulação capitalista vitimada também pelo arrocho salarial e exploração do trabalho. Ao considerar que o trabalho manual é uma condição de inferioridade do ser social revela seu preconceito social, onde o trabalho manual versus o trabalho intelectual reproduz a racionalidade instituída como herança das relações autoritárias e aristocráticas da sociedade brasileira.

O que nos interessa identificar é a posição de classe dos policiais civis e militares que integram o aparato repressivo e que têm como função a vigilância às expressões e organizações que indicam a mobilização da sociedade em torno de demandas sociais.

Há indícios de que os quadros da polícia política social compunham essa camada média e, mais do que isto, contavam com a colaboração de inúmeros civis, também de classe média, o que conferia a este serviço uma abrangência muito maior do que a consolidada institucionalmente. Um dos autores que se dedicou a este estudo, Marcos Florindo explicita a este respeito citando Victor Serge, “*a polícia dispunha realmente de alguns homens muito inteligentes, de técnicos com grande capacidade profissional; mas toda máquina se baseava no trabalho de núcleo de funcionários desconhecidos*” (FLORINDO, 2000: 75), ou ainda,

É claro que escolher um bom espião é um problema difícil. É impossível aceitar a oferta de qualquer pessoa. Para escolher um espião é preciso conhecer com certeza a sua vida particular, as pessoas com quem ele tem relações permanentes e etc. Em todas as classes da sociedade há pessoas convenientes, só é preciso procurá-las e convidá-las. Em tempo de paz, as mais convenientes são as pessoas que, por seus serviços pacíficos, sem despertar suspeitas, podem organizar serviços de informação. Eles são negociantes, corretores, comerciantes, empregados, condutores, operários, artistas, viajantes, fotógrafos etc³ (FLORINDO, 2000: 88).

A rede que se estende à sociedade corrobora a perspectiva do conservadorismo inerente à nossa formação e isto se traduz, neste caso, na colaboração espontânea destas pessoas com o sistema de vigilância política em tempos de democratização. Tais pessoas, assim como o segmento dominante e o oficialato militar, entendiam que as reivindicações por melhorias nas condições de vida, mesmo que fosse por investimentos urbanos, como moradia, eletrificação, pavimentação, instalação de sistema de esgotos, por exemplo, era um apelo ao “caos” social, associando quaisquer mobilizações com a intencionalidade da implantação do comunismo no país. Para tais segmentos o recrudescimento das mobilizações não possui legalidade e só pode indicar a falência do Estado democrático em controlar os conflitos e em dinamizar a economia.

Engrossam, assim, as fileiras dos que reivindicam a tutela da sociedade por forças mais enérgicas, capazes de coibir quaisquer manifestações, isto é, os militares e esta seria a via fundamental capaz de suprir as deficiências que o sistema capitalista nacional

³ Anotações sobre a espionagem – manuscrito – Prontuário DEOPS-SP n°2431 – PCB vol.3. Citado por FLORINDO, Marcos Tarcísio. O Serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas. *História*, UNESP, 2000.

apresentava. Nesta percepção dada pelo senso comum, os problemas do desenvolvimento do capitalismo não passavam pela análise de sua condição atrofica inerente à forma como este capitalismo se põe nos países como o Brasil ou ao caráter autocrático do Estado e a solução apontada não poderia deixar de ser a intervenção dos militares na política com a culpabilização, em última instância, daqueles que mais sofrem com tal atrofia.

Além deste conservadorismo que endossa as forças repressivas e legitima a vigilância, outro padrão de comportamento se instaura no interior deste Estado vigilante e censor. Por estar voltado apenas para o atendimento dos interesses de poucos que, impunemente monopolizam o poder, a finalidade de suprir as necessidades da população nem se coloca e isto se evidencia claramente, entre outros aspectos, no distanciamento entre as demandas sociais e a capacidade de seu atendimento pela burocracia instalada.

No caso que nos interessa ressaltar, dada a relação do Serviço de Informações com a polícia política, civil e militar, cujas ações não tinham que prestar contas ao serviço judiciário – o que não deixaria também de ser uma distorção -, garante-se aos indivíduos que exercem tais funções o arbítrio da justiça. E o Estado fomentava essa prática arbitrária desde os anos 30, conforme observa Marcos Florindo, *“ao permitir o exercício da arbitrariedade pelo aparelho policial, o Estado confirma sua intenção de legar à polícia a administração da justiça nos recantos sociais menos abarcados pela ordem burguesa”* (FLORINDO, 2000: 61).

Assim, ao não acesso à justiça legalmente constituída, mesmo que na qualidade de possível acusado, leva a que o aparato do Serviço de Segurança Nacional cumpra também a função de juízes e executores das penas, pois na montagem do dossiê sobre os indivíduos suspeitos, já se considerava como peça acusatória, garantindo num futuro não muito distante, o mapeamento dos “inimigos internos” que deverão ser extirpados da dinâmica social.

A vigilância total

A vigilância do Serviço Secreto da DOPS-SP recai sobre os mais variados personagens da esfera civil e militar⁴. Qualquer tentativa de engajamento político partidário, movimentos reivindicatórios de massa que tivesse alguma posição considerada contrária ao

⁴ Dos comandos militares à Secretaria de Segurança Pública a solicitação de dossiê sobre militares suspeitos de atividade subversiva também era corriqueira, grande parte do acervo documental é o levantamento desse tipo de informações. Em 29/12/1952 em ofício secreto o Major Helio Paulo de Oliveira Brandão, chefe de polícia da 1ª Região Militar solicita ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, informações sobre sargento considerado comunista. Relatório Reservado Dossiê DEOPS 50.Z.09. Documento nº 192.

estabelecido pelas autoridades governamentais colocava seus participantes ou agremiações sob suspeita total. Nesse sentido a vida desses indivíduos era monitorada com relatórios periódicos dos agentes aos chefes do Serviço, ou às autoridades que requisitavam a vigilância sobre alguém em particular. Dependendo da importância do vigiado, era criado um verdadeiro dossiê onde constava, além das informações pessoais de praxe, a sua agenda social, relatando-se com quem conversava, onde se encontrava qual o assunto abordado, enfim uma “verdadeira devassa” sobre o indivíduo.

Uma das características desses relatórios é o anonimato que prevalece entre o censor (que sempre é denominado de “Um reservado⁵”) e o receptor. Em alguns documentos há a identificação do receptor, que geralmente é o chefe do Serviço Secreto ou então alguma autoridade do alto escalão do exército ou da Secretária de Segurança Pública. É uma verdadeira incógnita descobrir para quem está sendo dirigidos os relatórios, como também o posicionamento político do censor em relação ao receptor, deduzindo-se que os dois têm uma mesma opinião. Neste universo documental é raro que os censores deem opiniões nos seus relatos, a não serem aquelas de praxe relativas ao comunismo. Muitos dos documentos do acervo do Serviço Secreto foram copiados do original, mas os nomes dos interlocutores foram retirados.

A comprovação de que tudo se vigia e que todos são em princípio suspeitos se encontra em inúmeros documentos, através dos quais é possível também ressaltar o que esse serviço de vigilância considerava significativo na conjuntura daquele período. Assim por exemplo, como não poderia deixar de ser, vigia-se o processo sucessório para o pleito de 1950.

Em um dos processos em que consta a documentação sobre esta vigilância, datado de 28 de julho de 1949, um relatório reservado do Serviço Secreto, que tramitou no setor do Serviço Secreto do Rio de Janeiro e de São Paulo, é possível resgatar todo o embate que ocorreu entre os grandes partidos para indicar um nome de consenso nacional, ou seja, o Partido Social Democrático (PSD)⁶, a União Democrática Nacional (UDN)⁷ e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁸. O censor assim descreve a conjuntura da capital federal:

⁵ Denominação utilizada pelo Serviço Secreto da DOPS-SP para o agente/ censor.

⁶ O Partido Social Democrático (PSD) foi fundado no dia 17 de julho de 1945 sob o comando dos interventores estaduais nomeados por Vargas durante o Estado Novo. Em seu programa o PSD defendia a legislação trabalhista e a intervenção do Estado na economia.

⁷ A UDN foi fundada no dia 7 de abril de 1945, reunindo diversas correntes que nos anos anteriores haviam-se colocado em oposição à ditadura do Estado Novo.

⁸ O PTB Partido político criado em março de 1945, sua principal base política eram os trabalhadores urbanos cujas entidades sindicais eram controladas pelo Ministério do Trabalho.

1. Consta que é mais do que certo o apoio do Senador Getulio Vargas à candidatura Nereu Ramos, visto o Presidente Dutra não o querer na presidência, e, sendo assim, terá como já informei uma grande parcela de êxito. 2. O candidato do Presidente Dutra continua sendo o General Canrobert Pereira da Costa, não se acreditando, porém, que possa ser aceito pelos partidos, por se tratar de um militar. 3. Nos meios – A.B.I.⁹ - tem-se como certa a candidatura do Governador Adhemar de Barros, sendo crença geral de que ele já não pode desistir da mesma, pelo grande número de adeptos. 4. Não acredito assim como os demais colegas, que o candidato possa sair do PSD - PR - UDN. Assim sendo, teremos muita luta até eles chegarem a outro acordo. São Paulo, 28 de Julho de 1949¹⁰.

Aparentemente o censor apenas “relata os acontecimentos”, mas nas entrelinhas ele faz uma leitura do provável desfecho do processo eleitoral, o que é reforçado em outro documento datado de 06/08/1949, nos quais se percebe que ambos, censor e receptor, têm um mesmo posicionamento político, ou seja, apóiam a coligação do PSP de Adhemar de Barros¹¹ e o PTB de Getulio Vargas. Conforme informa um Reservado do Rio de Janeiro, “a situação parece ter melhorado, tendo em vista os rumores de que foi encontrado o meio que nos levará à vitória, com a unificação da Frente Popular Adhemar-Getulio”¹².

O censor ainda informa que o jornal *A Folha Carioca* considera consumada a aliança Adhemar-Getulio e que a vitória daquela chapa é inevitável. Mas alerta o interlocutor que,

Afirma-se que o General Scarcela Portela (Secretário de Segurança Pública de São Paulo), teria vindo ao Rio de Janeiro a chamado do Ministro da Guerra, tendo em vista os rumores de que os comunistas apoiariam a candidatura do governador Adhemar de Barros e a proteção deste aos elementos sabidamente comunistas que tem sido nomeado para cargos de importância¹³.

Como se vê, o relatório do censor revela que as Forças Armadas se mantêm de prontidão para qualquer eventualidade, no caso, qualquer deslize do candidato, mesmo que apoiado pelos guardiões da ordem. Apesar da vigilância nos bastidores ao referido pleito, as autoridades militares tentam tranquilizar os boatos de golpe, exemplo disto é a matéria do jornal, o *Diário da Noite*, datada de 02/01/1950 e anotada pelo censor, na qual o ministro da guerra, general Canrobert Pereira da Costa, avisa os comandantes de Regiões Militares e de grandes unidades:

⁹ Não encontrei referências que pudessem esclarecer a que esta sigla se refere.

¹⁰ Relatório Reservado Dossiê DEOPS 50.Z.09. Documento nº 110, de 28.07.1949.

¹¹ Adhemar Pereira de Barros, durante a década de quarenta e cinquenta se projetou como um importante líder político no estado de São Paulo, devido ao seu carisma de “homem do povo” junto à classe trabalhadora.

¹² Relatório Reservado Dossiê DEOPS 50.Z.09. Documento nº 111, de 06.08.1949.

¹³ Idem.

Nestes últimos dias, em consequência da agitação político partidária que cerca a campanha da sucessão presidencial, tomou vulto o boato, engendrado por contumazes exploradores da situação, de que se prepara um “golpe” com o intuito de desviar o problema sucessório de sua natural solução democrática. Quero, com a franqueza que caracteriza minhas atitudes, afirmar ao distinto general, para que transmita a seus subordinados, se julgar conveniente, que tal tentativa encontrará de minha parte a mais formal repulsa, como encontra, aliás, do próprio senhor presidente da república, como me afirmou recentemente sua excelência¹⁴.

Na visão do censor, a indicação do Presidente Dutra para que seu ministro da guerra fosse candidato já demonstrava o descontentamento com a possível volta de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete. Além de temerem o centralismo político de Getúlio numa perspectiva de aproximação com as classes trabalhadoras, a sua rede de apoio estaria engendrada por notórios comunistas, que se aproveitariam dessa aproximação para aumentar ainda mais a infiltração do “ideário bolchevista” em todas as instâncias sociais.

Além da repulsa sobre a volta de Getúlio, o governador Adhemar de Barros também não desfrutava de simpatia entre os militares, pois recebera apoio do PCB em dois pleitos estaduais em 1947 e 1958 saindo inclusive vitorioso.

Apesar desta desconfiança do censor para com Adhemar, dada a sua aproximação com os comunistas, esse vê na sua candidatura alguma vantagem e neste sentido afirma:

o governador Adhemar de Barros, não tenha duvida, obteve no meio de seus inimigos, pelo menos 10% de simpatia, ante as atitudes do governo federal que os está hostilizando abertamente e prejudicando o Estado, dando-lhe um tratamento iníquo, estando a opinião pública indignada. Há coisa de dois meses mandei dizer que os nossos inimigos iriam usar de todos os meios para prejudicá-lo, e , afirmo que não ficarão satisfeitos ainda com o que tem feito, indo mais além, afim de intimidá-lo e verem se lhe quebrar a fibra (...) Fala-se na viagem de Adhemar de Barros ao Rio de Janeiro afim de tratar da sucessão. Sou da opinião que s.s. não deverá vir, e sim eles é que devem procurá-lo, pois são os interessados, não devendo portanto lhe dar confiança, logo agora que a situação melhorou bastante para ele¹⁵.

Em geral estes relatórios dos censores não são tão explícitos quanto às suas tendências político partidárias, concentrando-se na descrição dos fatos relativos aos movimentos políticos das personalidades em evidência, tanto civis como militares e na introdução de comentários que serviam para construir a culpabilidade do vigiado.

Assim é que, a partir desta documentação é possível reconstituir em detalhes os bastidores das articulações políticas para o pleito de 1950. Por exemplo, carta endereçada

¹⁴ Recorte do jornal “Diário da Noite” de 02/01/1950, anexo ao Relatório Reservado Dossiê DEOPS 50.Z.09. Documento nº 120 e 120-A.

¹⁵ Relatório Reservado Dossiê DEOPS 50.Z.09. Documento nº 111, de 06.08.1949.

ao General Scarcela Portela, então Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, datada de 22/08/1949, vinda do Rio de Janeiro, traça um quadro completo dos acontecimentos políticos na capital federal. Dá ênfase à insistência do Presidente Dutra em indicar um elemento militar de sua confiança para o pleito a presidente, o que estava criando uma situação de conflito com o PSD¹⁶.

De fato, conforme a historiografia, o PSD, dividido entre as dissensões internas e a ingerência de Dutra, que, segundo depoimento de vários pessedistas, queria impor a candidatura de Bias Fortes, retardava-se na escolha de seu candidato. Isto fortalecia a candidatura de Getúlio Vargas, já bastante robustecida em decorrência da aliança firmada entre o ex-ditador e o governador de São Paulo Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP).

O documento relata ainda a movimentação do General Góes Monteiro para sair fortalecido neste pleito. Embora tivesse sido eleito desde 1947, como senador por Alagoas na legenda do PSD, ele procura um nome de consenso nacional em detrimento ao candidato natural do seu partido, o vice-presidente Nereu Ramos. Conforme interpreta o censor, a preocupação do General, na verdade, era a possibilidade do retorno de Getúlio Vargas à presidência. Além disto, Góes Monteiro se manifesta simpático ao Partido Orientador Trabalhista (POT)¹⁷, pois tendo consultado as bases de vários partidos sobre a questão sucessória, este partido, segundo reprodução e grifo de suas palavras pelo censor,

revela animo sincero e a nobre preocupação pelo encontro das bases comuns – prestem atenção a esta palavra – e capazes de ensejar um programa de governo para uma candidatura afiançadora dos destinos e responsabilidades da Revolução de 29 de Outubro¹⁸.

O censor conclui, revelando o verdadeiro medo dos generais com a candidatura Vargas: a infiltração comunista nas instituições:

¹⁶ Iniciado o debate sucessório, PSD, UDN e PR tentaram encontrar um consenso em torno de uma candidatura de união nacional. O PSD entendia que, por ser o partido majoritário, cabia-lhe indicar o candidato, mas, Dutra decidiu interferir diretamente na escolha, vetando inicialmente o nome de Nereu Ramos, vice-presidente da República e presidente nacional do PSD, portanto o candidato natural do partido.

¹⁷ O POT existiu de 16/06/1945 a 12/10/1951. Foi extinto pelo Tribunal Superior Eleitoral porque não teria preenchido exigências do código eleitoral na medida em que não conseguiu eleger um número obrigatório de cadeiras no Congresso Nacional e no Senado Federal.

¹⁸ 29/10/1945 O Alto Comando do Exército, tendo a frente o Ministro da Guerra Góes Monteiro depôs Getúlio Vargas da presidência.

Enquanto a impugnação da fórmula Jobim¹⁹ vai criando um estado de sombrias perspectivas, o presidente e seu ministro trabalham aceleradamente esperando o momento oportuno, para, com a desagregação dos partidos, impor o seu candidato como elemento de união nacional, no sentido de salvar as instituições democráticas e a família brasileira ameaçada pelo bolchevismo²⁰.

Nas eleições gerais realizadas em 3 de outubro de 1950 Getúlio Vargas foi eleito presidente da república com 48% da votação; Eduardo Gomes obteve 29% e Cristiano Machado 21%. No Congresso Nacional o PSD elegeu 112 deputados federais mantendo a maioria na Câmara e nove senadores num total de 21.”²¹

Esse episódio das eleições de 1950 revelava que o anti-getulismo não visava exatamente Getúlio, mas o que ele poderia significar em termos de reformas sociais e econômicas a favor de uma ampliação da participação política, conforme vislumbrava a classe trabalhadora. Na verdade o nacionalismo de Getúlio com propostas de crescimento endógeno, monopolização e defesa das reservas naturais, controle das remessas de capital e uma política de aproximação com a classe operária, demonstrava priorizar políticas que segundo seus adversários eram um entrave ao desenvolvimento capitalista e uma “porta aberta” ao comunismo internacional, pois o medo de uma república sindicalista no país assustava a burguesia.

Se o processo sucessório despertava a atenção do Serviço Secreto em relação aos grupos que disputavam o poder constituído, não menos a agenda social de notórios homens públicos, como é o caso desse relatório de 22 de dezembro de 1952, que acompanha os passos do então governador do Estado de Minas Gerais: Dr. Juscelino Kubistchek na cidade de Belo Horizonte. Nessa ocasião acontecia um debate que discutia o movimento sindical e custo de vida. Além do governador participava também o seu secretário de finanças, Dr. José Maria de Alkmin.

O censor infiltrado no evento informa que seu organizador, o Dr. Saulo Diniz era “conhecido comunista de Belo Horizonte” e amigo pessoal do Governador Juscelino. Nota-

¹⁹ Em julho de 1949, o governador gaúcho e também pessedista Válder Jobim lançou na imprensa a “fórmula Jobim”: o candidato deveria ser escolhido após ampla consulta a todos os partidos políticos. Inicialmente aceita por todos, a “fórmula Jobim” foi substituída em novembro pela “fórmula mineira”, proposta ao diretório nacional do PSD por Benedito Valadares, que se reaproximara de Dutra após as eleições de 1947.

²⁰ *Correspondência ao General Scarcela Portela datada em 22/08/1949*. Relatório Reservado Dossiê DEOPS 50.Z.09. Documento nº 112.

²¹ Os entendimentos entre PSD e PTB para a escolha de um candidato único não chegaram a bom termo. Uma candidatura suprapartidária, a do mineiro Afonso Pena Júnior, foi ainda tentada por Dutra. Finalmente, o PSD optou pela candidatura do mineiro Cristiano Machado, vetada inicialmente por Dutra, sob a alegação de que Cristiano tinha um irmão comunista, o escritor Aníbal Machado, e tinha votado contra a cassação do mandato dos comunistas em 1948. Mas o nome de Cristiano Machado foi homologado pela convenção nacional do PSD, realizada no Rio de Janeiro em 9 de junho. O lançamento oficial da candidatura de Getúlio Vargas pelo PTB em 17 de junho aprofundou ainda mais a crise do PSD, pois seus líderes se dividiram entre o apoio a Cristiano Machado e a lealdade ao ex-presidente.

se que o documento não acusa diretamente o governador de ser comunista, mas de ter conhecidos com “ideologia comunista”, e a sutileza da insinuação já é um alerta para mapear os contatos que as autoridades têm e com que grupos e assuntos o “espionado” se relaciona. O documento traz ainda relação de outros participantes do debate considerados comunistas, como o deputado Armando Ziller, José Adjunto Filho, Evelino Araújo e mulher para citar alguns nomes.²²

Esse mesmo relatório demonstra ainda o quanto à vigilância se estende pela sociedade civil, pois o assunto seguinte é relativo a diligências feitas no Centro de Estudos da Escola Superior de Veterinária de Belo Horizonte, onde o professor “comunista” José Israel Vargas patrocinara uma conferência intitulada: *A ciência e a Sociologia*. O conferencista Morse Belém Teixeira, conforme relata o censor,

conhecido comunista, fez uma exposição nitidamente comunista, sendo citados os sociólogos: Bacon, Max Sheller, Karl Manheim, P.A. Sorakin e Karl Marx (o mais citado)”. Informa ainda que o referido professor “é membro do Conselho Nacional de Pesquisas, sediado no Instituto Tecnológico de Belo Horizonte, e encarregado de estudar a localização das cidades atômicas do Brasil²³”.

O que se pode deduzir sobre a lógica destes censores é que, qualquer manifestação que tratasse de assuntos que pudessem ser associados às plataformas do partido comunista, era considerada enquanto tal, mesmo que de tendências opostas.

Assim este Serviço Secreto, com o seu monitoramento nesses eventos e com a infiltração nas agremiações civis e militares traçava a movimentação da opinião pública em relação a esses temas e podia medir o real perigo da “infiltração comunista” na sociedade.

Temas como nacionalismo, preservação das divisas ou dos interesses econômicos nacionais, opiniões sobre a preservação das garantias democráticas, propostas de desenvolvimento endógeno industrial ou para melhoria do padrão de vida da população, ainda que adviesse de intelectuais de direita, ou de militares, jornalistas e políticos, preocupados apenas em defender os interesses nacionais, mesmo que antagônicas às defendidas pelo partido comunista representavam, para este sistema, uma ameaça ao “status quo” e mais do que isto, em muitos aspectos, representavam também a íntima relação deste serviço com os interesses norte-americanos, ante a conjuntura que se colocara após a segunda guerra mundial. Vejamos como esta questão se evidencia a partir

²² Relatório Reservado Dossiê DEOPS 50.Z.09. Documento nº 190, datado pelo Serviço Secreto em 22.12.1952.

²³ Idem.

da documentação. Por exemplo, um boletim reservado de informações da polícia federal de 06/01/1953 alertava que:

elementos comunistas estão apoiando a reação dos militares, inclusive militares reformados. Os generais, Felicíssimo Cardoso e Edgard Buxbaum, são presidentes respectivamente do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional e da Comissão Contra o Acordo Militar Brasil - Estados Unidos²⁴.

Como a plataforma política das duas instituições estava direcionada para a defesa dos interesses nacionais e o respeito à soberania territorial, o crivo do Serviço já os colocava na mira do expurgo e da repressão.

A questão é que tais generais estavam no controle do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (movimento pelo monopólio estatal do petróleo, criado em 4 de fevereiro de 1948) e demonstravam disposição para a defesa dos interesses nacionais em detrimento dos norte-americanos, que faziam pressão desde a Segunda Guerra Mundial em realizar acordos comerciais e estratégicos que garantissem o apoio do Brasil aos Estados Unidos no seu papel de potência mundial, em troca da supremacia brasileira na América do Sul²⁵.

O monitoramento aos passos do presidente da Comissão Contra o Acordo Militar Brasil - Estados Unidos (General Edgard Buxbaum) era contínuo e eivado de interpretações sobre o possível risco de sua articulação com preceitos comunistas, ao que se associava qualquer defesa dos interesses nacionais. Relatório do Serviço Secreto sobre conferência realizada na Faculdade de Direito da USP pelo citado General em 05/01/1952, evidenciaria, mais uma vez, esta tendência, conforme observava o censor, por suas críticas ao acordo militar entre o Brasil e os Estados Unidos:

A conferência teve início às 20:30 horas, e contou com a presença de 500 pessoas aproximadamente. Iniciando a palestra o conferencista classificou esse acordo como um monstro à civilização atual, pois nos coloca numa situação de simples colônia dos Estados Unidos e não, é admissível que nós, brasileiros, tenhamos que concordar com tal acordo. Acha, todavia, que devemos manter acordos com nações amigas, mas não permitir que nos venham escravizar. Segundo os textos desse acordo, virão dos Estados Unidos técnicos e militares com imunidades diplomáticas os quais são destituídos de todo o compromisso moral para com o nosso povo. Ora, segundo o seu ponto de vista, esses

²⁴ Relatório Reservado Dossiê DEOPS 50.Z.09. Documento nº 211, de junho de 1953.

²⁵ Em ocasiões diversas Osvaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores de 1938 a 1944, repetiu que a política externa brasileira se resumia na seguinte orientação: apoiar os Estados Unidos em seu papel de potência mundial, em troca do apoio destes à supremacia do Brasil na América do Sul.

elementos virão controlar nosso comércio interno e externo, pois, só poderemos exportar nossas riquezas para os U.S.A., e ainda terão o direito de fazerem o que bem entenderem em nossa terra, sem que possamos fazer a mínima queixa. Seremos uns pobres “alimentadores de leãozinhos”, que mais tarde crescerão e nos engolirão. (suas palavras são fortes e ditas com bastante entusiasmo). Finaliza solicitando aos presentes que repelissem o acordo²⁶.

O censor também comenta sobre os apartes da plateia, monitorando em detalhes o que se falou:

Entremeando os apartes, é citado por um presente a cláusula em que o Brasil se abriga a transportar em navios americanos, 50% de sua carga para o exterior. Outro aparteante cita o envio de matérias primas de nossa produção aos U.S.A., como garantia nacional. Ora, no seu ponto de vista, nós é que estamos garantindo a segurança nacional dos U.S.A. A seguir, outro aparteante cita o envio de tropas para a Coréia e também segundo o acordo, teremos que combater no Irã, defendendo o seu petróleo para os U.S.A.²⁷.

A conferência, relata ainda o espião, acabara em confusão, pois alguns elementos da plateia revoltam-se contra as posições do general a respeito da nação norte americana, defendendo que os Estados Unidos são uma nação amiga²⁸, “e que esses ataques eram feitos por elementos comunistas, e aquela casa, principalmente à sala dos estudantes criada para debates jurídicos e não debates políticos”.²⁹

Finalizando o relatório o censor descreve o final da conferência taxando, tanto o conferencista como os seus simpatizantes como “elementos do credo vermelho”,

Como não havia uma formula apaziguadora, o presidente do Centro de Debates deu por encerrado a sessão e convidou a todos a se retirarem. Os estudantes não conformados, brandaram “hurras” à democracia e gritos de “fora” aos comunistas. Notamos, porém, que elementos do credo vermelho, procuraram sair mais rapidamente da faculdade³⁰.

²⁶ Cópia de Relatório do “S.O.G.”, datado de 05.11.1952, sob o número 358. Relatório Reservado Dossiê DEOPS 50.Z.09. Documento nº186, página 1.

²⁷ Cópia de Relatório do “S.O.G.”, datado de 05.11.1952, sob o número 358. Relatório Reservado Dossiê DEOPS 50.Z.09. Documento nº186, página 2.

²⁸ Percebe-se que a paranóia sobre a infiltração comunista na defesa dos interesses nacionais e patrióticos já dominava não só os censores do Serviço Secreto, mas grande parte da sociedade civil, que influenciados pelas benesses do “American way of life”, viam nos Estados Unidos o exemplo da democracia mundial e a conquista do desenvolvimento econômico.

²⁹ Cópia de Relatório do “S.O.G.” datado de 05.11.1952, sob o número 358. Relatório Reservado Dossiê DEOPS 50.Z.09. Documento nº186, página 2.

³⁰ Cópia de Relatório do “S.O.G.” datado de 05.11.1952, sob o número 358. Relatório Reservado Dossiê DEOPS 50.Z.09. Documento nº186, página 3.

Os censores eram vitimados de um anticomunismo irracional, pois a vigilância aos oficiais das Forças Armadas, uma vez ou outra cometia erros gritantes de julgamento como se observa no pleito de 1955 onde o candidato à presidência Adhemar de Barros procura entre os militares o seu vice para composição da sua chapa eleitoral. A candidatura majoritária para a presidência da república estava se formando através de uma aliança entre vários partidos políticos que incluía, por um lado, o PCB, e de outro as tentativas de articulação entre os candidatos oponentes, ou seja, Adhemar de Barros lançado como presidente e o General Canrobert Pereira da Costa³¹ como vice. O que se observa é a preocupação dos censores com uma aliança que articulava não só o partido comunista, mas que também tentaria neutralizar a ação das Forças Armadas. Neste sentido, afirma o censor:

Levamos ao conhecimento de V.S. que os nossos observadores no PSP, apuraram estar se formando uma aliança entre vários partidos políticos inclusive com o PCB a fim de lançarem a candidatura do Sr. Adhemar de Barros à presidência da república. A chave dessa aliança consiste em conseguir um oficial do exército, moldável aos ideais esquerdistas e compatível com o Sr. Adhemar de Barros que figurará como vice na mesma chapa. Assim sendo, uma vez eleito o Sr. Adhemar de Barros, os demais militares não poderiam impedir a sua posse, receando uma revolta e conseqüentemente a divisão das Forças Armadas. O militar mais indicado a figurar na chapa do Sr. Adhemar é o General Carobert Pereira da Costa, com o qual, tão logo chegue ao Rio de Janeiro, o chefe populista era avistar-se³².

A preocupação do censor com a indicação do General Canrobert à vice-presidência provavelmente era que este fosse moldável aos ideais esquerdistas e aí se observa o quanto esta vigilância, conforme se observa em outros momentos, era impulsionada por um preceito: apontar qualquer indício de que o comunismo estivesse se fortalecendo ou infiltrando. No caso em questão, este *non sensu* do censor se revela porque o general era um notório antigetulista e simpatizante da *Cruzada Democrática*³³, o que o levará à

³¹ Foi comandante do 9º Regimento de Artilharia Montada de Curitiba, chefe de Gabinete do Estado-Maior do Exército; comandante da 3ª Divisão de Cavalaria de Bagé e secretário-geral do Ministério da Guerra. Assumiu o comando do referido ministério no governo de Eurico Gaspar Dutra. Em 1954, foi eleito presidente do Clube Militar. Canrobert era um dos expoentes do anti-getulismo dentro das Forças Armadas. Nas eleições de 1955 foi um dos militares que se opuseram a candidatura presidencial de Juscelino Kubitschek que trazia como companheiro de chapa João Goulart, ministro do Trabalho do segundo Governo Vargas.

³² Relatório de 14.05.1955 303 "S.O.G.". Relatório Reservado Dossiê DEOPS 50.Z.09. Documento nº 283.

³³ Este movimento militar foi articulado para concorrer às eleições do Clube Militar em 1952. Reunia em sua composição militares conservadores ligados a Escola Superior de Guerra (ESG), que objetivavam assumir o controle da referida instituição, tendo como principal intenção combater o grupo de militares nacionalistas comandados pelo General Estilac Leal.

presidência do Clube Militar em 1954 e era também e declaradamente um notório anticomunista.

Se os homens públicos e os próprios militares integrantes ou não do governo eram vigiados, que dizer, então das atividades do Partido Comunista, considerado o mentor desta “trama” nacionalista. Como exemplo, a documentação do Serviço Secreto a seguir, revela esta vigilância tanto do PCB como da cúpula do governo de JK após ser eleito em 1956.

São inúmeros os documentos produzidos a este respeito pelos censores e, embora a historiografia pouco se refira a esta vigilância neste período do governo juscelinista, iremos nos ater aos relatórios que mapeiam as ações deste partido no que concerne à questão da instalação das bases norte-americanas no nordeste do Brasil e a relação que os censores estabelecem entre esta mobilização e os militares suspeitos, inclusive o então Ministro da Guerra general Teixeira Lott.

Neste sentido, um relatório reservado do Serviço Secreto comunica que os integrantes do PCB estariam organizando um movimento contra a instalação destas bases. A estratégia adotada seria promover comícios relâmpagos em portas de fábrica e locais de movimento, nos quais atacariam os Estados Unidos, incitando o povo a se manifestar contra a instalação das referidas bases³⁴.

Segundo este mesmo relatório, o Ministro da Guerra general Teixeira Lott e o Ministro do Estado Maior do Exército também eram contrários às instalações, e por esse motivo o presidente da república, assediado pelo embaixador americano, pressionaria o general Lott para que este apresentasse o seu pedido de demissão do cargo. A posição do general, ainda conforme o relatório do censor foi de consulta às bases do exército antes de dar uma resposta definitiva e, atendendo seus pares que foram contra a sua saída frente ao Ministério da Guerra, ele decide permanecer no cargo. As bases consultadas alegaram que a saída do ministro acarretaria numa guerra civil e a situação do povo se agravaria³⁵.

Apesar do apoio dos seus pares representados pelos vários comandos militares à sua permanência no Ministério da Guerra, esse endosso representava mais o respeito à hierarquia e a disciplina militares do que propriamente um apoio das posições do general Lott. Tanto os *nacionalistas* quanto os *“sorbonistas”* sabiam que as tentativas de golpe para tornar inelegível a posse de Juscelino em novembro de 1955, continuavam ainda na

³⁴ Relatório Reservado Dossiê DEOPS 50.Z.09. Documento nº 362, verso de 21.12.1956.

³⁵ A preocupação das Forças Armadas em manter naquele momento o Ministro Lott, é que ele representava a coesão das facções que se digladiavam no interior da caserna. Por ser considerado um militar de carreira brilhante e um defensor do Estado de Direito e principalmente pela sua neutralidade por essas facções, sustentava temporariamente a “paz” entre os grupos militares. Apesar disso os “sorbonistas” consideram-no uma ameaça devido à rede de apoio que os partidos de esquerda e as agremiações sindicais davam para suas posições nacionalistas.

memória e nos desejos dos militares mais extremados, evitados do ideário de impedir o crescimento do comunismo nos vários setores da sociedade civil e no próprio governo.

Paradoxalmente nessa conjuntura de alinhamento internacional, onde vários setores da sociedade civil como também das Forças Armadas vislumbravam um projeto de desenvolvimento nacional mais próximo ou mais distante do capital internacional, o nacionalismo terá várias conotações. É em cima desse teorema de defesa do capital nacional que a plataforma reivindicatória da Comissão Contra o Acordo Militar Brasil Estados Unidos, vislumbrava a preservação de nossos interesses econômicos e políticos e principalmente o direito à soberania, obedecendo aos princípios da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, incentivando a cooperação internacional na resolução de problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários. Por isso essa tentativa de instalação de bases norte americanas no Brasil iniciada desde a Segunda Guerra Mundial (na ocasião os Estados Unidos pleiteavam a construção de bases de apoio logístico na Cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte) era vista como a perda da nossa soberania e a intromissão americana na realidade nacional.

Por isso o Ministro da Guerra, General Teixeira Lott, passa a ser visto com reservas pelos seus pares mais radicais, por suas articulações com organizações que atuavam em defesa do nacionalismo e prova disto, anotada pelos censores, era um telegrama que lhe haviam enviado líderes sindicais e operários de Osasco em 06/01/1957, solidificando seu apoio contra a implantação das referidas bases³⁶.

Embora a conjuntura internacional sofresse alterações, o governo JK não assinalava nenhuma alteração substancial em matéria de política externa³⁷ e a orientação básica da diplomacia brasileira, herdada em maior ou menor medida de governos anteriores, continuava incorporando plenamente os pressupostos da Guerra Fria. Na medida em que o país se definia como parte integrante do mundo ocidental e capitalista, o alinhamento político-ideológico e militar aos EUA, percebido como o "guardião do mundo livre" no combate ao "totalitarismo" soviético, era visto como natural e se constituía na principal pedra de toque da política externa brasileira. Tal orientação esteve clara na anuência brasileira em ceder a ilha de Fernando de Noronha para a instalação de uma base americana de

³⁶ Cópia do original do telegrama enviado ao General Lott datado de 06.01.1957. Relatório Reservado Dossiê DEOPS 50.Z.09. Documento nº 363.

³⁷ Na segunda metade da década de 1950, o cenário internacional, marcado pela "Guerra Fria" desde o fim da Segunda Guerra Mundial, começou a passar por importantes transformações. A competição entre EUA e URSS pelo controle de áreas de influência em todo o planeta permanecia, mas começou a adquirir nova feição, entrando numa fase que ficou conhecida como de "coexistência pacífica". A "coexistência pacífica" se originou, principalmente, de mudanças internas na própria URSS, com a morte do autocrático Joseph Stalin, em 1953, e a ascensão de Nikita Krushev.

rastreamento de foguetes, ou na decisão de enviar tropas para integrar a Força de Paz da ONU formada para administrar à crise do Canal de Suez, ambas as medidas tomadas em 1956 e 1957; ou ainda na tímida postura assumida pelo Brasil frente aos desdobramentos internacionais da descolonização afro-asiática.

Assim nesta perspectiva da Guerra Fria tanto os militares mais extremados como os censores das Delegacias de Ordem Política e Social, reproduzem um clima de perseguição e preparação para a guerra, pois acreditam na iminência de uma revolução comunista através dos diversos movimentos reivindicatórios, seja ele do combate à fome, contra a carestia, contra a bomba atômica.

No relatório do censor em 29/10/1956 referente a um ato público realizado no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro organizado pela “União Cultural Brasil-Polônia” e a “Cruzada Humanitária Pela Proibição das Armas Atômicas” este clima fica explícito. Embora o ato versasse sobre os acontecimentos que se desenrolaram na Hungria e Polônia³⁸, já com reflexos na Alemanha Oriental e o resto do mundo, a preocupação do censor da ordem pública foi com as conversas que se desenrolaram paralelamente a este assunto e que nos remetem às divisões internas que ocorriam naquele momento no PCB. Ele afirma que, correlato ao ato público, *“estão os acontecimentos nos meios comunistas sinceros, onde a campanha desordenada contra o “culto a personalidade” vem causando espécie”*.³⁹ Refere-se o censor à conversa paralela do Maestro Eduardo Guarnieri (Presidente do “Movimento dos Partidários da Paz” em São Paulo) com alguns participantes do evento:

Assim, o Maestro Eduardo Guarnieri, (que é presidente do “Movimento dos Partidários da Paz” em São Paulo) manifestou-se junto a um grupo de “camaradas”, dizendo “achar-se muito aborrecido, pois que nunca imaginara pudessem o “sectarismo”, “dogmaticismo” e “burocratismo” de certos elementos stalinistas vir a manchar a bandeira comunista com tão execrandos erros como vêm cometendo”⁴⁰.

E, segundo o relatório do censor, este maestro teria acrescentado:

³⁸ O Pacto de Varsóvia foi uma aliança militar formada em 14 de Maio de 1955 pelos países socialistas do Leste Europeu e pela União Soviética. O tratado correspondente foi firmado na capital da Polônia, Varsóvia, e estabeleceu o alinhamento dos países membros com Moscou, mas não estabelece nenhum compromisso de ajuda mutua em caso de agressões militares. O organismo militar foi instituído, em contraponto à OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), organização internacional que uniu as nações capitalistas da Europa Ocidental e os Estados Unidos para a prevenção e defesa dos países membros contra eventuais ataques vindos do Leste Europeu.

³⁹ Cópia de Relatório do “S.O.G.”, setor número 652 datado de 29.10.1956. Relatório Reservado Dossiê DEOPS 50.Z.09. Documento nº 344, página 2.

⁴⁰ Cópia de Relatório do “S.O.G.”, setor número 652 datado de 29.10.1956. Relatório Reservado Dossiê DEOPS 50.Z.09. Documento nº 344, página 2.

A revolta na Hungria e os acontecimentos na Polônia bem evidenciam a falência da economia socialista naqueles países, máxime quando o próprio “partido dos trabalhadores Húngaros” achava-se divorciado do povo e do proletariado daquele país, como está bem palpável no fato de a URSS ter-se visto forçada a fazer uso de seus próprios exércitos numa tentativa de reprimenda da rebelião⁴¹.

A interlocutora da conversa, Ana de Andrade o encorajou para que não desanimasse, frisando que o PCB, apesar dos erros advindos do culto ao “personalismo”, sempre vanguardeara as causas do proletariado e dos nacionalistas. Ressalta o censor as afirmações da interlocutora de que Prestes era um admirador do General Lott, por sua defesa pública da justiça social, da reforma agrária e de uma legislação mais humana para o homem do campo; e que o prefeito Toledo Pizza, pelo grande reajuste salarial que dera aos funcionários públicos e pela ajuda financeira que dera aos jornalistas quando participaram da 3ª Conferência nacional de jornalistas em Goiânia, também era admirado pelo Partido.⁴²

No mesmo diapasão as movimentações da classe trabalhadora em prol de melhores condições de vida eram recebidas com a truculência policial e o enquadramento da lei, o que revelava a cada dia que o discurso da legalidade e das liberdades democráticas não se sustentava na prática, prevalecendo sempre os interesses do capital através da coerção do Estado. Mesmo o general Lott considerado pela massa trabalhadora como o defensor da legalidade democrática, apontava os conflitos da “abertura democrática” (movimentos reivindicatórios) como resultado das contendas comunistas. Em nenhum momento se questionava a situação de penúria da classe trabalhadora frente à política “desenvolvimentista” que privilegiava a industrialização em detrimento da força de trabalho que em última instância era o motor do desenvolvimento e da acumulação capitalista.

Neste sentido ele confirma a repressão policial, mas alega a limitação das autoridades em conter o “perigo comunista” cujo proselitismo visava dar a impressão de que solucionariam rapidamente os problemas sociais e econômicos, acenando com mudanças miraculosas nas condições de vida das massas “*então faz-se mister, isto sim, esclarecer ao povo que promessas tais, não passam de mera mistificação*”⁴³. E aponta que apenas o “*perfeito entendimento entre o capital e o trabalho ou mais especialmente entre patrões e operários*”⁴⁴, na lógica indicada acima, seria capaz de conter tais conflitos.

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

⁴³ Recorte do jornal “A Hora” de 05/11/1956, anexo ao Relatório Reservado Dossiê DOPS 50.Z.09. Documento nº 339.

⁴⁴ Idem.

Nessa perspectiva o reducionismo burguês acreditava que a solução de todos os problemas sociais estava na consolidação do modo de produção capitalista, ou em outras palavras na industrialização do país. Então se capitalismo significa dominação burguesa de classe, “*reduzir o plenificar destas relações a “desenvolvimento” ou “industrialização” constitui, para além da competência (e mesmo das intenções) dos agentes, uma operação ideológica fundamental*”. (ALMEIDA, 2006:299)

Aponta ainda que o bem estar dos brasileiros só se daria com o fortalecimento da estrutura econômica do país e se manifesta favorável ao capital estrangeiro, tentando minimizar as posições de conotação nacionalista tanto sua como da “Frente de Novembro”⁴⁵, no sentido de controlar a abertura do capital estrangeiro no país, posição esta que os colocava sempre na mira da ferrenha oposição militar dos “sorbonistas”⁴⁶ como da UDN que se mantinha na liderança do bloco conservador no congresso.

Para o general Lott, “o dinheiro que venha de fora – acrescenta – com o objetivo real de incrementar o nosso desenvolvimento só pode ser bem recebido. O que faz mister é que a maior parte dos lucros obtidos seja aplicada na expansão e aprimoramento do investimento”⁴⁷, ou seja, condição primordial capitalista para a realização de qualquer negócio, principalmente naquele período onde os investimentos voltados para a infraestrutura industrial eram prioridade do Estado.

Finalizando, Lott afirma a disparidade da legislação trabalhista entre o campo e a cidade como entrave ao desenvolvimento, mas considera que a extensão da legislação trabalhista ao trabalhador rural (em discussão na câmara naquela ocasião, novembro de 1956) é muito grave carecendo de amplos estudos. O caos na agricultura, observa ainda, significará a fome para os brasileiros⁴⁸.

Nesta lógica, o general Lott que naquele momento representava o essencial apoio militar ao governo, começa a vivenciar as contradições que explicitam a da *autocracia*

⁴⁵ Em março de 1956 foi criado a “Frente de Novembro” grupo composto por civis e militares. A organização tinha por objetivo representar as reivindicações dos setores legalistas e nacionalistas, envolvidos no “golpe” de 11 de novembro de 1955, e conclamava a união entre trabalhadores e militares. O general Lott despontou como figura central do movimento pois sua figura agregava símbolos que remetiam a idéia de soberania nacional e justiça social.

⁴⁶ A partir da década de 50 o debate no interior das Forças Armadas era intenso a respeito dos caminhos do país em rumo à industrialização e a busca de apoio norte americano para o desenvolvimento bélico e estratégico das Forças Armadas no continente latino americano. Uma das facções mais importantes era os sorbonistas (intelectuais da ESG), essa ala do exército tinha verdadeira ojeriza pelos simpatizantes das idéias getulistas, e a aproximação do povo nas decisões governamentais. Acreditavam que somente com o capital internacional o Brasil teria condições de romper com o seu subdesenvolvimento e se viam como a única instituição capaz de governar o país.

⁴⁷ Recorte do jornal “A Hora” de 05/11/1956, anexo ao Relatório Reservado Dossiê DOPS 50.Z.09. Documento nº 339.

⁴⁸ Recorte do jornal “A Hora” de 05/11/1956, anexo ao Relatório Reservado Dossiê DOPS 50.Z.09. Documento nº 339.

institucional. Tendo se colocado a favor do “legalismo democrático” e como defensor dos “interesses nacionais”, passou a ser convidado pelos segmentos operários organizados em sindicatos para participar de debates e reuniões, como se este pudesse ser um canal de veiculação de seus interesses, o que não só aumentou as suspeitas dos vigilantes de plantão (os “sorbonistas” e o Serviço Secreto do DOPS-SP), mas também resultou em tensões no interior do próprio governo. A situação se configurou da seguinte forma.

Juscelino, ao tomar conhecimento de que uma grande homenagem iria ser prestada a Lott por líderes trabalhistas e integrantes do “Frente de Novembro” por ocasião do primeiro aniversário do *Movimento 11 de Novembro*⁴⁹, com a entrega de uma espada de ouro ao ministro como símbolo da legalidade, alertou os ministros militares quanto à necessidade da preservação da ordem interna, enviou emissários a Lott no intuito de convencê-lo a não aceitar tal homenagem. Lott, no entanto, mostrou-se irredutível em seu propósito de participar da manifestação. Ante a atitude de alguns militares que compareceram à cerimônia, desobedecendo a ordens de seus superiores, e ante o conseqüente agravamento da crise militar, em 21 de novembro de 1956, Juscelino enviou uma mensagem aos ministros militares proibindo a todos os oficiais, da ativa ou da reserva, de fazerem qualquer pronunciamento político.

Em represália à determinação do governo, Juarez Távora concedeu entrevista à imprensa questionando a autoridade moral do presidente para impor aquela medida, enquanto de outra ponta, dois dias antes da referida solenidade, o general Castelo Branco publicava carta no jornal “O Globo”, na qual atacava o *Manifesto da Frente de Novembro*:

As Forças Armadas, por motivos políticos, estão politicamente e, conseqüentemente, divididas. Agora, a Força Popular e Nacionalista, querendo absorvê-las, pretende promover sua desagregação pelo processo odioso do expurgo dos que lhes são contrários e pela sujeição dos que fiquem a seu serviço. Vão elas, então, para o regime totalitarista, de natureza comunista ou nazista. Na ocasião em que muita gente idônea proclama honestamente a necessidade da democracia brasileira não se tornar militarizada, principalmente pelo fortalecimento do poder civil e pela vitalização militar-profissional das Forças Armadas, vem o Manifesto, retardatário e reacionário, ameaçar o Brasil com a militarização do governo e das atividades nacionais (WILLIAM. 2005:203).

⁴⁹ Movimento militar deflagrado sob a liderança do general Henrique Lott, ministro da Guerra demissionário, no dia 11 de novembro de 1955. Teve como conseqüência a destituição do presidente da República em exercício, Carlos Luz, e a posse na chefia da nação do vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, confirmadas a seguir pelo impedimento do presidente licenciado João Café Filho. Seu objetivo era neutralizar uma conspiração tramada no interior do próprio governo com o fim de impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek.

Portanto o período JK, por este ter sido hostilizado e boicotado por uma parte das Forças Armadas, aparenta não representar os interesses de inserção no capitalismo monopolista mundial. O problema para as Forças Armadas é justamente a incerteza de que os aliados políticos de Juscelino (PCB, PTB e o apoio da sociedade civil) significassem a ampliação da participação de outros segmentos sociais no bloco de poder político, colocando em risco a lógica da “ordem” constituída.

Talvez assim possamos entender o papel do Serviço Secreto na vigilância total da sociedade civil, mesmo de seus pares como já demonstramos com a documentação. Os “vários” nacionalismos que expressam a politicidade também no discurso de cunho universalizante, em nome da democracia e da defesa dos interesses “nacionais”, camuflam a ordem excludente na qual não há possibilidade de participação e de divisão do capital produzido pela classe trabalhadora e apropriado pela iniciativa privada.

As repercussões sobre a ida ou não de Lott ao referido evento, não se resumiram nos pronunciamentos, do presidente, ou no de Juarez Távora ou sequer no de Castelo Branco. Chamar a atenção pública de um militar naquela frágil conjuntura governamental podia significar o isolamento de JK e o fortalecimento de seus opositores e com o intuito de amenizar o quadro político, Juscelino decidiu extinguir os principais focos de agitação: decretou o fechamento da *Frente de Novembro* e do *Clube da Lanterna*⁵⁰ e providenciou a prisão imediata do general Juarez Távora, culminando tudo isso com um pedido de demissão de Lott da pasta da Guerra, sendo, porém logo demovido desse intento pelo advogado Heráclito Sobral Pinto. Este último argumentou que a extinção das duas organizações, bem como sua permanência no ministério, constituíam medidas necessárias para a garantia da ordem.

Mas a eminência de uma punição ao general Juarez Távora mobiliza estudantes e membros da Associação Brasileira dos Oficiais da Reserva do Exército que se unem aos oficiais da Aeronáutica. O censor do Serviço Secreto relata o depoimento de quatro estudantes que afirmam que, caso o general Juarez fosse preso, poderia haver barulho.⁵¹ Juarez Távora ficou em prisão domiciliar por 48 horas e a crise foi contornada a contento.

Assim o anticomunismo do Estado ganha força através dos meios de comunicação: a imprensa nesse momento fomenta o caráter de denúncia da infiltração comunista no país, com o mesmo tom alarmante da alta patente do exército, anunciando a necessidade do

⁵⁰ No acervo da documentação do DOPS consta o telegrama enviado pelo Sr. Edvaldo Luna Pedrosa, diretor da D.P.P.S. para o diretor do DOPS São Paulo, avisando da suspensão por 6 meses das duas entidades civis/militares: “Clube da Lanterna” e “Frente de Novembro”. *Radio Telegrama*, Rio 2455-56, 25/11/1956 – 17,40. Relatório Reservado Dossiê DOPS. 50.Z.09. Documento nº 355.

⁵¹ *Informação Reservada de 23/11/1956*, Relatório Reservado do DOPS 50.Z.09. Documento nº 356.

expurgo não só das Forças Armadas⁵², mas também das administrações públicas e os demais setores da sociedade civil⁵³, ou seja, a guerra contra o “inimigo interno”.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Uma ilusão de desenvolvimento – Nacionalismo e Dominação Burguesa nos anos JK*. Florianópolis, UFSC. 2006

BRITO, Fausto. *Deslocamentos da população brasileira para as metrópoles*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2006. Estudos Avançados 20 (57), 2006.

BOITO JUNIOR, Armando. *Classe média e sindicalismo: uma nota teórica*. In: Revista do Congresso Nacional dos Sociólogos. São Paulo, 1992. N. 9.

FLORINDO, Marcos Tarcísio. O Serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas. *História*, UNESP, 2000.

SAES, Décio Azevedo Marques de. *A questão da evolução da cidadania política no Brasil*. Instituto de Estudos Avançados da USP. São Paulo, 2001. N. 15 (42), p. 379.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. Sindicalismo comerciário: retaguarda e conservadorismo político. *Revista Espaço Acadêmico*. Campinas, 2000. Cad. AEL, v. 7, n. 12/13, página 76.

WILLIAM, Wagner. *O Soldado Absoluto: uma biografia do marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Recebido em: 29/03/2010

Aprovado em: 02/06/2010

⁵² Durante a década de 50 houve um grande expurgo nas Forças Armadas dos oficiais e praças acusados de pertencerem ou serem simpáticos ao PCB. A minha dissertação de mestrado trata fundamentalmente deste expurgo a partir do Clube Militar no ano de 1952. Ver o 4º capítulo da Dissertação de Mestrado: *A vigilância da DOPS às Forças Armadas (Brasil – década de 1950) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*. Dissertação defendida em novembro de 2008 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁵³ Por exemplo, ver documento do acervo do Serviço Secreto da DOPS que notifica o artigo do jornal carioca “Correio” de 22/05/1951, com a seguinte manchete: “Vasto Expurgo Dos Comunistas Infiltrados na Administração”, Advoga O General Góis Monteiro. Relatório Reservado Dossiê DEOPS 50.Z.09. Documento nº 142.